

The text that follows is a REPRINT  
O texto que segue é um REPRINT.

Please cite as:  
Favor citar como:

**Fearnside, P.M. 1997. Comentários de Philip M. Fearnside (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA) [sobre Implementação da Convenção Quadra das Nações Unidas sobre Mudança do Clima]. pp. 41-44 In: U.G. Cordani, J. Marcovitch & E. Salati (eds.) *Rio-92 Cinco Anos Depois: Avaliação das Ações Brasileiras em Direção ao Desenvolvimento Sustentável Cinco Anos Após a Rio-92*. ABC, CNPq, IEA & FBDS, Sao Paulo, Brazil. 307 pp.**

The original publication is available from:  
A publicação original está disponível de:

Instituto de Estudos Avançados (IEA), Universidade de S. Paulo, São Paulo..

# RIO 92

## Cinco Anos Depois

**Avaliação das ações brasileiras em direção  
ao desenvolvimento sustentável  
após a Rio-92**

**ORGANIZADORES**

**Umberto Giuseppe Cordani  
Jacques Marcovitch  
Eneas Salati**



ACADEMIA  
BRASILEIRA  
DE CIÊNCIAS



**CNPq**

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No *workshop* sobre a participação brasileira na Rio+5, o debate sobre o tema das ações brasileiras para a implementação da Convenção do Clima foi prejudicado pela falta de tempo. Isto deixou no ar vários assuntos polêmicos levantados nos debates, por este motivo, ofereço aqui as seguintes observações sobre o assunto:

As implicações das incertezas sobre mudanças globais

O fato de existirem incertezas no conhecimento científico sobre os efeitos e as quantidades das emissões de diferentes gases foi colocado por um dos debatedores como motivo para aguardar-se mais tempo para tomar qualquer decisão com relação a ações concretas. Esta seria uma ratificação da posição adotada até julho de 1996 pelos Estados Unidos, nas negociações sobre a Convenção Quadro sobre Mudanças do Clima (FCCC), posição a respeito da qual tenho sido sempre um crítico contundente. É até irônico que o princípio de precaução esteja sendo invocado às avessas; ao invés de levar à tomada de medidas protetoras, está sendo usado para justificar a opção de não se fazer nada.

É importante destacar que a incerteza implica não somente em que as mudanças globais poderiam ser menores do que as previstas, mas também que poderiam ser mais graves do que as previstas. De fato, existe mais margem de dúvida quanto aos parâmetros superiores do que quanto aos inferiores das previsões. No cenário de referência do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), para a temperatura média do planeta até o ano 2100, a largura da faixa de dúvida acima do valor mais provável é aproximadamente o dobro da largura da faixa abaixo deste valor (Houghton et al., 1996).

O uso do argumento de que não se deve fazer nada sobre aquecimento global devido às incertezas científicas tem um paralelo impressionante com a história da regulamentação do uso do fumo. Durante décadas, virtualmente toda a comunidade médica - com exceção de algumas poucas pessoas, sobretudo aquelas que obtiveram financiamento com a indústria de cigarros - concordava que fumar causava câncer e outras doenças, mas o governo

dos Estados Unidos - e outros governo a reboque deste - não tomava nenhuma medida para desestimular o consumo do fumo. Isto aconteceu com base no argumento de que existia uma grande controvérsia científica a respeito da conexão entre fumo e saúde. A mesma situação existe hoje com respeito ao efeito estufa, com a existência de algumas poucas pessoas do ramo que proclamam a inexistência de perigo, o argumento vem sendo usado para justificar o adiamento das ações cuja necessidade é claramente indicada pela grande maioria do conhecimento científico da área.

### A maneira para calcular a culpa e o crédito pelo carbono

Foi levantada a questão de como é tratada a responsabilidade pelas emissões históricas na FCCC. A Convenção enfatiza o balanço anual de fluxos de gases (sendo este o enfoque dos inventários que os países signatários são obrigados a realizar). Isto implica o esquecimento de todas as emissões passadas que levaram ao acúmulo de gases na atmosfera, que resultaram em que o efeito seja um problema catastrófico potencial hoje. É injusto para com os países em desenvolvimento, deixar que os países industrializados escapem de toda a responsabilidade que eles merecem ter pelo estado poluído da atmosfera atual. Contudo, a interpretação dada a esta situação de injustiça é errônea, a culpa dos países desenvolvidos pelas emissões históricas significa que estes países precisam se responsabilizar pelos seus pecados, mas não é um raciocínio para que os novos emissores de gases, tais como o Brasil, não reduzam suas emissões. Todos os países vão sofrer os impactos do aquecimento global. O problema é tão grande que todos precisam colaborar para resolvê-lo. E o problema precisa ser resolvido, não existe a opção de não se fazer nada.

O crédito pelo carbono usado, em cálculos atuais por exemplo pelo GEF, para avaliar projetos de combate ao efeito estufa, premia apenas as mudanças incrementais (isto é, atribuíveis ao projeto) nos fluxos de carbono. Não há crédito para a manutenção de estoques de carbono, tal como o grosso do carbono na floresta Amazônica. Um cálculo diferente proposto por este autor daria crédito (em forma de anuidade) para a manutenção de estoques em risco - e todas as florestas tropicais deveriam ser considerados em risco, diferentemente dos estoques de carbono em jazidas de carvão, petróleo e gás natural.. Isto aumentaria em muito o crédito referente à floresta amazônica, dando a oportunidade de que sejam criadas as estruturas institucionais necessárias para tornar o fornecimento de serviços ambientais uma base para desenvolvimento sustentável para a população rural na região (Fearnside, 1997).

### A decisão sobre ingresso no Anexo I

O Brasil está sendo pressionado para entrar no Anexo I da FCCC, ou seja, a lista dos países comprometidos a reduzir as suas emissões até os níveis de

1990 (teoricamente até o ano 2000), ao invés de meramente preparar um relatório de inventário. Embora o fato de existir pressão sempre leve a uma reação de resistência, deve ser pensado friamente sobre as vantagens e desvantagens de entrar no Anexo.

O Brasil ocupa uma posição única no mundo por ser o país que mais poderia reduzir as suas emissões de gases sem sofrer perdas em sua economia - e até com bastante ganho). Isto acontece porque grande parte das emissões brasileiras provém de desmatamentos na Amazônia, que vem substituindo a floresta por pastagens, com pequena produtividade e curta duração. Por uma série de razões que nada têm a ver com o efeito estufa, é loucura o país continuar jogando fora a floresta amazônica em troca de vastas paisagens de pastagens degradadas. Portanto, o Brasil se encontra numa posição super-privilegiada nas negociações sobre mudanças climáticas, sendo que o país pode facilmente concordar em reduzir bastante as suas emissões - e, ao lado disso, poderia usar sua força diplomática para induzir outros países a também reduzir suas emissões -.

A decisão sobre a implementação em conjunto (AIJ)

A (AIJ), "Ações Implementadas em Conjunto", conhecida antes como a "Implementação em Conjunto (JI), significa a implantação de projetos em países em desenvolvimento, com financiamento de um dos países industrializados, visando mitigar o efeito estufa. O país financiador ganharia em crédito pelo carbono, proporcional ao cumprimento das metas para contenção das emissões. O Itamaraty tem resistido a este mecanismo nas negociações sobre a convenção. Foi levantada a questão da posição brasileira sobre a AIJ.

Porque o Brasil deve abraçar a AIJ? Pela simples razão de ser do interesse nacional. O Brasil tem um potencial enorme para projetos do tipo previsto para financiamento através da AIJ. Projetos em potencial incluem tanto as plantações do tipo proposto pelo Projeto FLORAM, como as ações voltadas à diminuição do desmatamento, que este autor acredita ter eficiência e potencial maior para o combate ao efeito estufa.

O argumento contra a AIJ, de que deixa os países ricos escapar de sua obrigação de reduzir suas próprias emissões, é espúrio. O AIJ poderia resultar numa diminuição das emissões líquidas globais, com benefícios para todos os habitantes do planeta, desde que a contabilidade do carbono fosse feita de forma correta e desde que os projetos garantam o seqüestro de carbono com uma margem de segurança suficiente. Estes pontos são, porém, importantes: existe o perigo de países terem permissão de emitir carbono com queima de combustível fóssil (que é um dano com probabilidade igual a um), em troca de projetos que tem risco de não seqüestrar, na prática, o carbono previsto (isto é, os benefícios tem probabilidade menor que um).

Os mecanismos de monitoramento e crédito de carbono apenas depois de constatação do seqüestro minimizam isto. Existe também o problema de seqüestro temporário de carbono - por exemplo em biomassa de plantações silviculturais - ser considerado equivalente ao benefício de evitar emissões (que representa um ganho permanente). A maneira pela qual se faz a contabilidade do carbono é um assunto ainda em discussão. Eu tenho proposto o uso de um índice em termos de toneladas-ano - isto é, não o seqüestro permanente de carbono -, com aplicação de uma ponderação temporal (por exemplo uma taxa de desconto apropriada), para se fazer as equivalências de forma justa. De qualquer forma, o problema não é insolúvel. Já que os projetos de AIJ podem compensar mais carbono que os créditos concedidos aos financiadores, o potencial é real para um ganho global.

A AIJ representa uma oportunidade para se conseguir financiamento para uma gama de projetos de desenvolvimento que são desejados de qualquer forma, por razões alheias ao efeito <sup>estudo</sup> geração de empregos, fornecer produtos florestais, preservar biodiversidade, etc. É claro que é preciso muito cuidado para garantir que não sejam provocados impactos sociais inaceitáveis neste processo (ver Fearnside, 1996). O fato de que o país em que cada projeto é executado pode recusar qualquer proposta, é uma garantia de que não será obrigado a aceitar impactos indesejados.

## LITERATURA CITADA

- FEARNSIDE, P.M. 1997. Environmental services as a strategy for sustainable development in rural Amazonia. *Ecological Economics* 20(1): 53-70.
- FEARNSIDE, P.M. 1996. Socio-economic factors in the management of tropical forests for carbon. p. 349-361. In: M.J. Apps & D.T. Price (compiladores) *Forest Ecosystems, Forest Management and the Global Carbon Cycle, NATO ASI Series, Subseries I "Global Environmental Change"*, vol. 40. Springer-Verlag, Heidelberg, Alamenha. 452 p.
- HOUGHTON, J.T., L.G. Meira Filho, B.A. Callander, N. Harris, A. Kattenberg & K. Maskell (compiladores) *Climate Change 1995: The Science of Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge, U.K. 572 p.